

TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA-ME.

CGC – 07.721.850/0001-28 - insc. Municipal - 027917

Rua – Joemir Faria, 247 - Bairro Progresso – Conselheiro Lafaiete-MG.

Fone – (031) 3721-2832 - Celular - 31 99987-0607

e-mail: terraplenagemsaosebastiao@hotmail.com

ILUSTRÍSSIMO. SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE-MG.

Referente.:

PROCESSO N. PMC/015/2020

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

REGISTRO DE PREÇO Nº – 006/2020.



A empresa **TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.721.850.0001-28, com sede na rua – Joemy Faria, n. 247 – Bairro Progresso - Conselheiro Lafaiete-MG – CEP-36400-000, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vêm com fulcro na inciso II do art. 109, do inciso I, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa S^a., a fim de impugnar o **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC/0005/2020**, com amparo no parágrafo 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1 - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

I - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade dos pedidos de esclarecimentos, de forma que há pleno cumprimento ao prazo de 02(dois) dias úteis antecedentes a abertura da sessão pública, indicados no item 11 do edital, em sintonia com o artigo 12 do Decreto nº 261/2007.

II - OBJETO DA LICITAÇÃO.

A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica, sob o sistema de Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de aluguel de caminhões com motorista e equipamentos com operador para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, conforme especificações relacionadas no item 18 – Termo de Referência do edital.

A presente visa a impugnar o item 12.4.

Os veículos especificados neste termo de referência deverão ser com ano de fabricação igual ou superior ao ano 2000 com apresentação do respectivo CRV (Certificado de Registro de Veículo).

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a flourish.

TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA-ME.

CGC – 07.721.850/0001-28 - insc. Municipal - 027917

Rua – Joemir Faria, 247 - Bairro Progresso – Conselheiro Lafaiete-MG.

Fone – (031) 3721-2832 - Celular - 31 99987-0607

e-mail: terraplenagemsaosebastiao@hotmail.com

O CONAMA fixou normas de controle de emissão de poluentes, os quais somente veículos com ano de fabricação e modelo acima de 2012, atendem estas especificações.

Assim a exigência de veículos e equipamentos com o ano de fabricação de 2012 em diante, visa proteger ao erário público de possíveis prejuízos, visto que é de obrigação dos agentes públicos zelar pela probidade e bem estar da sociedade sendo que a Administração deve estar em consonância com legalidade nos procedimentos, bem como pautar pelos princípios da eficiência e economicidade, com amparo no art. 30, II da Lei n. 8666/ , com a obrigação de exigir produtos de qualidade não nocivos a sociedade, e que não causam prejuízos ao erários.

Assim a Administração ao contratar equipamentos com mais de 20(vinte) anos de uso, produtos antigos e deficientes para a prestação dos serviços, bem com alto índice de agentes poluentes trará a sociedade e a o erário público prejuízos.

A boa qualidade dos serviços e produtos contratados pela Administração devem amparar na obrigação legal em exigir requisitos mínimos que atendam com melhor qualidade à sociedade, zelando acima de tudo pelos princípios da supremacia do interesse público, ainda é necessário entender que a Administração Pública é um cliente como qualquer outro, portanto ao contratar produtos e serviços deverá ter como requisito prioridade a àqueles que não afetarão o desenvolvimento dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

Destacamos ainda que o CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, visando a proteção a vida, saúde e ao meio ambiente vêm estabelecendo regras para fiscalização e controles de veículos , máquinas, tratores em geral, no controle de qualidade de emissão de poluentes e ruídos.

Resolução no 403, de 11 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e em seu Regimento Interno, anexo à Portaria no 168, de 13 de junho de 2005;

Art. 25. O IBAMA regulamentará até 31 de dezembro de 2009 a divulgação continuada, pela rede mundial de computadores, dos dados de emissão constantes nos processos de homologação de veículos automotores, os quais devem ser divulgados por marca/modelo, para todas as Licenças para Uso da Configuração de Veículo ou Motor-LCVM expedidas.

Art. 26. A partir de 1o de janeiro de 2013, os sistemas de pós tratamento de gases de escapamento deverão prever a reposição de elementos ativos de controle de emissão objetivando a redução de custos de manutenção. Parágrafo único. Caberá ao IBAMA a regulamentação da reposição de elementos ativos prevista no caput deste artigo, no prazo de 180 dias após a publicação desta Resolução.

Art. 30. Ficam revogados a partir de 1o de janeiro de 2013, o § 2o do art. 15 da Resolução no 8, de 31 de agosto de 1993, do CONAMA, e o art. 23 da Resolução no 315, de 2002, do CONAMA. Parágrafo único. Os veículos leves comerciais homologados como veículos pesados terão as LCVMs do motor e do veículo revalidadas até 31 de dezembro de 2012;.



TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA-ME.

CGC – 07.721.850/0001-28 - insc. Municipal - 027917

Rua – Joemir Faria, 247 - Bairro Progresso – Conselheiro Lafaiete-MG.

Fone – (031) 3721-2832 - Celular - 31 99987-0607

e-mail: terraplenagensaosebastiao@hotmail.com

II - FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

1.1 – DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA:

Sendo assim, o Impugnante, no exercício do legítimo interesse público vêm por meio desta oferecer a presente impugnação ao passo que no presente certame como disposto, na qual permite participação do certame de equipamentos e veículos com ano de fabricação 2000, ou seja, com mais de 20(vinte anos) de vida útil, trará prejuízos ao erário público sendo equipamentos altamente poluentes, com emissão de gases e vazamentos, trazendo prejuízos ao meio ambiente, e ainda prejuízos ao erário público considerando que equipamentos e caminhões com mais de 10(dez)anos de uso, decorrente a atividade diária a serem realizadas com serviços de alta complexidade(transporte pesado), ficando suscetíveis de maior incidência de manutenção, tendo desgastes excessivos devido aos serviços pesados diários a serem realizado em prol do erário público, e portanto ocorrerá com maior frequência paralisação para manutenção com prejuízo ao erário público com a não prestação dos serviços, e ainda a paralisação de mão de obra.

Administração deve possuir uma boa conduta e por isso é imposto que as atividades sejam realizadas com qualidade, eficácia, economia e celeridade. Todos esses quesitos devem ser concretizados de forma a satisfazer o interesse público.

No que concerne ao princípio da indisponibilidade do interesse público, Hely Lopes Meirelles (2013, p. 109) entende que *"a Administração Pública não pode dispor do interesse geral, nem renunciar os poderes que a lei lhe deu para tal tutela, já que ela não é titular do interesse público, e sim o Estado que é o representante da coletividade"*.

Resta evidente que o Edital merece revisão a fim de evitar a contratação de prestação de serviços com produtos de qualidade e condições técnicas de qualidade ineficiente, o quais poderão ensejar prejuízos ao erário público.

Por esse motivo, compete à autoridade competente utilizar-se da discricionariedade na avaliação dos requisitos legalmente impostos. A Administração além de escolher quais são os bens e serviços que ela necessita, decide também quais exigências serão feitas no edital para que os interessados sejam considerados aptos a executar a atividade objeto da licitação. É nessa prerrogativa de valoração que se situa o poder discricionário.

Assim requer a RETIFICAÇÃO NO EDITAL nas questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei n. 8666/1993 (com alterações posteriores) e na lei federal n.º 10520/2002, visando ao interesse público, seja alterado o item 12.4, fazendo constar no que os equipamentos e veículos para atenderem ao objeto licitatório tenham ano de fabricação 2010 ou superior.

CONCLUSÃO

Conforme explicitado, os fundamentos técnicos e jurídicos que fundamentam a presente peça tem a musculatura necessária para direcionar esta r. autoridade à



TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA-ME.

CGC – 07.721.850/0001-28 - insc. Municipal - 027917

Rua – Joemir Faria, 247 - Bairro Progresso – Conselheiro Lafaiete-MG.

Fone – (031) 3721-2832 - Celular - 31 99987-0607

e-mail: terraplenagemsaosebastiao@hotmail.com

retomada da lisura do processo.

Desse modo, face à remansosa jurisprudência aplicada e vasta doutrina administrativista que apoia que a Administração deve zelar pelo bem estar da sociedade, com exigência de requisitos que atendam ao interesse público.

Afinal, o processo licitatório visa resguardar princípios basilares do Estado Democrático de Direito, como os já mencionados, princípios da isonomia, impessoalidade, legalidade, moralidade, e **eficiência**.

DO PEDIDO

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, este Impugnante, requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado no assunto ora impugnado DETERMINANDO-SE:

1. Que seja alterado o ITEM 12.4 para dele constar : ***Os veículos especificados neste termo de referência deverão ser com ano de fabricação igual ou superior ao ano 2010 com apresentação do respectivo CRV (Certificado de Registro de Veículo).***

3 - Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.

Conselheiro Lafaiete, 05 de Junho de 2020.



TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA-ME.

CNPJ – 07.721.850.0001-28

Rep. Legal – Sebastião Bavuso de Oliveira - CPF n. 042.750.368-08



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE
CONSELHEIRO LAFAIETE

COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº: 296/2020

CI

DATA: 05/06/2020

FL.:1/
1

DE: Secretaria de Obras e Meio Ambiente

PARA: Comissão de Licitação

A/C Sr. Kildare Bittencourt Dutra

Presidente da Comissão

ASSUNTO: Referente à impugnação do Edital do Pregão Presencial nº PMC/005/2020, Processo nº PMCL015/2020, Registro de Preço nº 006/2020.

Prezado Senhor Presidente,

A Comissão de Licitação encaminhou à Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente documento apresentado pela empresa Terraplenagem São Sebastião Ltda-ME, o qual tem a finalidade de impugnar o edital do Pregão Presencial número PMC/005/2020, Processo número PMCL/015/2020, Registro de Preço número 006/2020.

Das Razões da Impugnação

A impugnação se refere ao item 12.4 do Termo de Referência, contestando a exigência de veículos e equipamentos com ano de fabricação igual ou superior ao ano de 2000. Identificamos dois fundamentos alegados para a impugnação no documento apresentado:

- 1- Que veículos com ano de fabricação anterior a 2012 não atendem às normas do CONAMA que fixam limites para a emissão de poluentes;
- 2- Que caminhões e equipamentos com mais de dez anos de uso necessitarão com maior frequência de manutenção, causando paralizações de serviço com prejuízos ao erário público.

Da Análise

1- Consultada a Resolução 403 de 11/11/2008 do CONAMA, encontramos em seu “Capítulo I - Dos Limites Máximos de Emissão para Veículos Pesados Novos Art.1º Ficam estabelecidos, a partir de 1º de janeiro de 2012, novos limites máximos de emissão de poluentes para os motores de ciclo Diesel destinados a veículos automotores pesados novos, nacionais e importados, doravante denominada Fase P-7 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme tabela constante do Anexo I desta Resolução”.

2- O Termo de Referência em seu item 6.2 - Compete ao Contratado/Fornecedor, estabelece que “O veículo/equipamento locado deverá estar sempre em perfeitas condições de funcionamento, segurança, limpeza, abastecido para a prestação de serviço, com todos os itens e documentos em dia”.

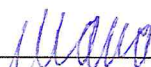
Da Conclusão

1- A Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente acata a argumentação do licitante com relação ao primeiro fundamento considerando que a emissão de poluentes por veículos automotores contribui significativamente para a deteriorização da qualidade ambiental, especialmente em centros urbanos.

2- O segundo fundamento da impugnante não pode ser acatado, uma vez que o Termo de Referência prevê que a manutenção dos veículos/equipamentos é uma obrigação da Contratada, não sendo justificados paralizações de serviços e prejuízos ao erário público por motivo de manutenção.

Portanto, será feita uma revisão no Termo de Referência para o acatamento do primeiro fundamento de impugnação identificado.

Atenciosamente,



Marcelo Magno Sana Moreira Neves
Secretário Municipal de Obras e Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 RP Nº 006/2020

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de aluguel de caminhões com motorista e equipamentos com operador para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, conforme especificações relacionadas no item 18 e Anexo I – Termo de Referência do edital.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA - ME, recebida no Setor de Licitações no dia 05/06/2020, às 11:48h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 015/2020, Pregão Presencial nº 005/2020, RP nº 006/2020.

A impugnação é focalizada nas disposições contidas no item 12.4 do Anexo I – Termo de Referência, mais precisamente no tocante à previsão de que os veículos e equipamentos a serem locados em decorrência do presente certame devam possuir ano de fabricação igual ou superior a 2000.

Alega o Impugnante, licitante em potencial, que a aceitação de veículos fabricados até 2000, ou seja, com 20 (vinte) anos de vida útil, "(...) *trará prejuízos ao erário público sendo equipamentos altamente poluentes, com emissão de gases e vazamentos, trazendo prejuízo ao meio ambiente (...)*". Ademais, sustenta que "(...) *equipamentos e caminhões com mais de 10 (dez) anos de uso, decorrente a atividade diária a serem realizadas com serviço de alta complexidade (transporte pesado), ficando suscetíveis de maior incidência de manutenção, tendo desgastes excessivos (...), e portanto ocorrerá com maior frequência paralisação para manutenção com prejuízo ao erário público (...)*".

Aduz que, nos termos da Resolução nº 403, de 11 de novembro de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, somente veículos com ano de fabricação e modelo acima de 2012 são capazes de atender às normas ambientais de controle de emissão de poluentes, pontuando ser de obrigação dos agentes públicos zelar pela probidade e bem estar da sociedade, bem como dever da Administração estar em consonância com a legalidade nos procedimentos, e pautar-se pelos princípios da eficiência e economicidade.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias e consequente alteração do item 12.4 do Anexo I – Termo de Referência, a fim de que nele passe a constar exigência de ano de fabricação igual ou superior a 2010.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

II. Da admissibilidade

De acordo com o item 11.1 do Edital, as impugnações aos termos do instrumento convocatório poderão ser interpostas por qualquer licitante ou cidadão, mediante protocolo presencial ou via postal, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme estabelece o artigo 12, do Decreto Municipal nº 261/2007.

A sessão de abertura do Pregão Presencial encontra-se designada para o dia 15/06/2020, às 09:30h, sendo esta a data fixada para recebimento das propostas.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 05/06/2020, às 11:48h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação.

III. Do mérito da Impugnação

O julgamento da impugnação consiste em verificar se as especificações técnicas relativas aos equipamentos e caminhões cuja locação é pretendida no certame, em específico no que concerne ao ano de fabricação máximo estipulado, maculam o instrumento convocatório com vício de ilegalidade.

Compulsando o instrumento convocatório, observa-se que as seguintes especificações técnicas contidas no item 12.4 do Anexo I – Termo de Referência:

“12.4: Os veículos especificados neste termo de referência deverão ser com ano de fabricação igual ou superior ao ano 2000 com apresentação do respectivo CRV (Certificado de Registro de Veículo).”

Pois bem. Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

"(...) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.

Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração."
(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)

As exigências editalícias, alusivas às especificações técnicas do objeto licitado, ensejam, inevitável e logicamente, restrições à competitividade do certame, eis que à medida em que a Administração aumenta as condições técnicas do objeto, diminui o número de licitantes com capacidade para ofertar o referido objeto.

Contudo, a conclusão pela irregularidade dessas especificações depende não só disso, mas, necessariamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade ou da inadequação das exigências editalícias.

No caso concreto, depreende-se do Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, subscrito pelo Secretário Municipal Marcelo Magno Sana Moreira Neves, e pelo Assessor Cláudio Quirino Custódio – reproduzido na íntegra Edital (Anexo I) –, a estipulação do ano de fabricação mínimo dos veículos igual ou superior a 2010 (item 12.4).

O Impugnante, por sua vez, argumenta que a aceitação de veículos fabricados até 2000, ou seja, com 20 (vinte) anos de vida útil, *"(...) trará prejuízos ao erário público sendo equipamentos altamente poluentes, com emissão de gases e vazamentos, trazendo prejuízo ao meio ambiente (...)"*, e que *"(...) equipamentos e caminhões com mais de 10 (dez) anos de uso, decorrente a atividade diária a serem realizadas com serviço de alta complexidade (transporte pesado), ficando suscetíveis de maior incidência de manutenção, tendo desgastes excessivos (...), e portanto ocorrerá com maior frequência paralisação para manutenção com prejuízo ao erário público (...)"*.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Instada a se pronunciar acerca do mérito da Impugnação, a Secretaria Solicitante do certame encaminhou a Comunicação Interna nº 296/2020, anexada ao processo, manifestando-se favoravelmente à argumentação do Impugnante. Extrai-se da manifestação, *in verbis*:

"Da Conclusão

1 - A Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente acata a argumentação do licitante com relação ao primeiro fundamento considerando que a emissão de poluentes por veículos automotores contribui significativamente para a deteriorização da qualidade ambiental, especialmente em centros urbanos.

(...)

Portanto, será feita uma revisão no Termo de Referência para o acatamento do primeiro fundamento de impugnação identificado."

Em consulta a licitações promovidas pelos mais diversos órgãos públicos do país, com objeto semelhante ao do presente Pregão (locação de caminhões/equipamentos pesados), verifica-se destoar a aceitação de veículos com o tempo de uso ora estipulado, cabendo ilustrar, exemplificativamente, que no Pregão Presencial nº 005/2014 (Objeto: Locação de 2 (dois) Caminhão Basculante trucado), promovido pelo Município de São Paulo/SP, Subprefeitura Cidade Tiradentes, restou estipulada a admissão de veículos ano 2004 ou superior, isto é, com no máximo 10 (dez) anos de uso à época do certame.

Sobrepondo-se a isso, tem-se ainda que – conforme destacado pela Secretaria Solicitante –, com o advento da Resolução Conama nº 403/2008¹, foram estabelecidos novos limites máximos de emissão de poluentes para os motores do ciclo Diesel destinados a veículos automotores pesados novos, nacionais e importados, limites esses vigentes a partir de 1º de janeiro de 2012, e de observância vinculativa em relação aos veículos produzidos após essa data; destarte, oportuna a observância do marco temporal como forma de atendimento aos comandos constitucionais previstos no art. 23, inciso VI e art. 225 da CRFB/88, alinhando-se o procedimento licitatório e a futura contratação dele decorrente às normas ambientais em vigor.

Ante o exposto, considerando haver conveniência para a Administração, conforme se verifica a partir da manifestação externada pelo Setor solicitante do certame, mister a retificação do instrumento convocatório.

¹ "Dispõe sobre a nova fase de exigência do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE para veículos pesados novos (Fase P-7) e dá outras providências".



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA - ME para, no mérito, dar-lhe **parcial provimento**, procedendo-se com a retificação do instrumento convocatório, e a estipulação do ano de fabricação mínimo dos veículos igual ou superior a **2012** (item 12.4 do Anexo I – Termo de Referência);
- b) Considerando que o provimento parcial da Impugnação interfere nas especificações técnicas constantes do Anexo I – “Termo de Referência”, solicitar à Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente que promova as adequações cabíveis no Termo de Referência, bem como providencie junto ao Setor de Orçamentos a elaboração de nova pesquisa de mercado, para obtenção de estimativa de preços compatível com o Termo de Referência retificado, encaminhando-os posteriormente à Comissão Permanente de Licitação para retificação do Edital e consequente republicação de acordo com as formalidades legais;
- c) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 05 de junho de 2020.

Kildare Bittencourt Dutra
Pregoeiro